

36ª. ASSEMBLEIA DO CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL - COMVIDA
12 DE NOVEMBRO DE 2024.

1 Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 13h30 em segunda chamada,
2 realizou-se a 36ª. Assembleia Geral Ordinária do biênio 2022/2024 do Conselho Municipal para Proteção
3 à Vida Animal – COMVIDA, no Auditório do Parque Zoobotânico - Orquidário Municipal de Santos. Praça
4 Washington, s/n - José Menino, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura, discussão e aprovação da Ata
5 da 35ª Assembleia Ordinária; 2. Discussão sobre material educativo pra estudantes do fundamental 1 e
6 2 da rede pública; 3. Tratativas para alteração da lei nº 2.413 de 13 de julho de 2006 que dispõe sobre
7 a criação e funcionamento do conselho municipal para proteção à vida animal; 4. Assuntos gerais.

8 Conselheiros Presentes: Srs.(as) Karoline Castro (SEMAM), Hortência Suzuki Fernandes Lopes
9 (SEFIN), Nair Sissi Ventura Fonseca (SEDUC), Claudio Luiz Faletti Chagas (SESEG), Mariana Munayer
10 (SEECTUR), Cristiano Silva Souza (SMS), Marília Asevedo, Denise Rosas, Nadir Coscia e Felipe
11 Marttinni (DVA), Marcela Sargo (TOB), Paula Bastos (UNIMES Docentes), Ana Beatriz M. Reis (UNIMES
12 Discentes). Justificou Ausência: Luis Rigotto e Willian Alvarez (SEDURB), Tatiany Pauta (TOB).
13 Convidados: Claudio M. Trovão (DEPAVI). Ausentes: SEDS, Giselle Bertagna, Daniela Fernandes,
14 Maria Rita de Jesus e Tatiana Derbedrossian (TOB), ONG Patinhas que Brilham, DrogaVET, Supply
15 Pet, UNIP Docentes, UNIP Discentes, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Conselho Regional
16 de Biologia, Polícia Militar Ambiental e Corpo de Bombeiros. A Presidente agradeceu a presença de
17 todos. **No item 1**, a ata foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. **No item 2**, A
18 Presidente informou que já fazem alguns meses em que estão propondo a elaboração de material
19 educativo para o ensino fundamental 1 e 2. Disse que a queixa dos conselheiros era o pouco espaço na
20 SEDUC. Comentou que a professora Eliana Paulo os recebeu de braços abertos e conta com a
21 elaboração desse material para trabalhar no contraturno na parte de educação fundamental 1 e 2.
22 Informou que a Sra. Marília (DVA) separou e encaminhou um material para ela, sendo 04 cartilhas, para
23 que possam ir pensando na elaboração de material até fevereiro ou março do ano que vem. Explicou
24 que os alunos possuem aula em um determinado turno e no contraturno diferentes atividades, sendo
25 uma delas a temática de educação ambiental. Disse que esse material vai ser incluído no contraturno,
26 dentro da matriz curricular. Comentou que eles seriam responsáveis por criar o material e ir na SEDUC
27 para fazer a formação dos professores, e esses trabalhariam o material em aula com os alunos. A Sra.
28 Nair (SEDUC) reafirmou que em reuniões da SEDUC, o coordenador passa o material para as
29 professoras e elas trabalham no Poder Público. O Sr. Marcio Paulo (SEMAM) pontuou, como irmão

30 trabalhar em período integral, as subintencionadas também terão funcionários que serão treinados.

31 Compartilhou que na SEMAM, há outro trabalho envolvendo a causa animal no eixo das aves,

32 comandado pela Sra. Michelly. Citou que, na última semana, foi procurado por um grupo de senhoras

33 da região sobre situação em que alguém matou pombos com ração de girassol com veneno. Informou

34 que procuraram a veterinária Dyanna para criação de campanha de controle de pombos utilizando

35 método de controle do Porto de Santos: ração com anticoncepcional. Disse que é possível somar os

36 três trabalhos com aquilo que vai ser apresentado nas escolas. O Sr. Cristiano (SMS) comentou que

37 possui contato pessoal com o Porto e diz desconhecer do uso de anticoncepcional. A Presidente

38 respondeu que eles utilizam um conjunto de ações para melhor resultados, com anticoncepcionais,

39 repelentes e outros. A Sra. Karoline disse que o Alexandre, que saiu da Zoonoses, estava com um

40 projeto legal de construção de pombal no Porto de Santos, para a troca de ovos. O Sr. Marcio Paulo

41 apontou que é importante evitar que a cadeia cresça para outros animais além dos pombos, como

42 gaviões e corujas. A Presidente questionou se há um trabalho específico da causa animal. O Sr. Marcio

43 Paulo respondeu que o birdwatching da Sra. Michelly é específico, e que pediu para desenvolverem

44 algo para levarem para a escola e a mídia para o caso das pombas envenenadas. A Sra. Marília

45 comentou que o material enviado aborda diversos temas envolvendo os animais, e que para fazer um

46 resumo é necessário um grupo da SEDUC, que saiba o que as crianças conseguem aprender, e revisão

47 de veterinários quanto ao conteúdo por ele ser antigo. Questionou quanto a apresentação do conteúdo,

48 se vai ser em desenhos para pintar, leitura ou outro método. O Sr. Marcio Paulo respondeu que o

49 professor precisa estar instruído com formação para fazer esse trabalho. A Sra. Marília perguntou se a

50 cartilha vai ser para os professores. A Presidente respondeu que não, que o papel deles é fazer a

51 formação do professor para que ele use o material em sala, sendo a cartilha para o aluno. O Sr. Marcio

52 Paulo pediu para separarem o material para que possam formatar a cartilha. A Sra. Karoline pontuou

53 que precisam de uma professora da SEDUC, um veterinário e um membro do COMVIDA para a criação

54 de um conteúdo de autoria própria. O Sr. Marcio Paulo questionou se possuem câmeras técnicas. O Sr.

55 Felipe (DVA) respondeu que tem no regimento, mas não na prática. A Presidente sugeriu a criação de

56 um subgrupo dentro do COMDEMA para ficar responsável na filtragem e criação do conteúdo para a

57 cartilha. O grupo ficou definido pelos membros Marília Asevedo, Denise Rosas, Ana Beatriz M. Reis,

58 Felipe Marttinni, Paula Bastos e Karoline Castro. A Sra. Marília disse que os alunos possuem contra

59 horário com o tema de educação ambiental e perguntou se os alunos recebem algum material sobre

60 cães e gatos. A Sra. Karoline respondeu que não e que esse conteúdo será incluído no novo material.

61 A Sra. Ana Beatriz questionou quando esse material seria formatado. A Presidente respondeu que logo,
62 pois precisa estar pronto em fevereiro. **No item 3**, A Presidente lembrou discussões sobre as pré-
63 conferências e se essas estavam sendo produtivas. Disse que o conselho pensou em unificar as pré-
64 conferências nas conferências e mudar o decreto no qual o COMVIDA foi formado. O Sr. Felipe explicou
65 que as pessoas que participam das pré-conferências se tornam delegados e esses vão para a
66 conferência apresentar propostas. Disse que as 10 melhores propostas são eleitas para serem
67 colocadas na agenda de Proteção de Vida Animal. Comentou que essas propostas acabaram ficando
68 de lado e a ideia agora é de colocar na lei para que elas sejam trabalhadas durante todo o período do
69 mandato. A Presidente explicou que as pré-conferências são para ouvir as demandas das pessoas nas
70 regiões. O Sr. Felipe inteirou que perceberam que participavam as mesmas pessoas nas pré-
71 conferências e que as propostas não estavam sendo levadas a sério. Disse que, por isso, chegaram à
72 conclusão de retirar as pré-conferências e deixarem apenas a conferência. Adicionou que as Entidades
73 só podem participar do conselho através de eleições nas pré-conferências e conferência, e dessa forma,
74 elas podem participar através de Edital de Chamamento. Disse que a ideia é colocar o mínimo possível
75 na atualização da lei e o Regimento Interno pode ser decreto do Prefeito. Lembrou que mesmo que a
76 alteração seja aprovada, só poderão apresentar ano que vem, pois, todas as proposições da Câmara
77 se encerram no final da legislatura. A Presidente reforçou a importância da participação de mais ONG's
78 no conselho. O Sr. Felipe comentou que a alteração da lei que inclui protetores independentes precisa
79 de certos requisitos para ficar restrita a região de Santos. A Sra. Karoline disse que, na CODEVIDA,
80 querem criar um cadastro para os protetores independentes e a partir disso, há a possibilidade de trazê-
81 los regulamentados para o conselho. Reiterou que o cadastro dos protetores independentes também
82 pode ser realizado pelo conselho. A Presidente abriu para votação sobre a alteração da lei nº 2.413 de
83 13 de julho de 2006. O Sr. Cristiano se opôs contra a mudança, por conta da organização e a
84 possibilidade de novas dificuldades. A Sra. Denise apontou a pouca presença nas pré-conferências. A
85 Presidente reforçou que a alteração vai ser dentro da lei, passando pela Câmara de Vereadores. A Sra.
86 Marília perguntou sobre a possibilidade de a conferência ser online. A Sra. Karolina respondeu que sim
87 e que podem regulamentar para a reunião ser híbrida. A Presidente comentou sobre a possibilidade de
88 criar uma reunião preparatória online para receber as demandas dos bairros. O Sr. Felipe inteirou que
89 o principal objetivo de tirar as pré-conferências é desburocratizar a participação para aqueles que são
90 eleitos apenas na conferência. Disse que podem realizar as reuniões online, chamando a população e
91 escolhendo as melhores propostas para serem discutidas na conferência. A Presidente inteirou que é

92 possível fazer um chamamento pelo Google Forms, dando opções de modalidade de atuação para a
93 próxima gestão. O Sr. Cristiano disse não se opõe a apoiar a proposta de mudança, mas precisa saber
94 um pouco mais sobre. A Presidente explicou que o detalhamento é no próprio Regimento Interno, sendo
95 esse aprovado pelo conselho e sancionado pelo Prefeito. O Sr. Felipe inteirou que o funcionamento de
96 pré-conferência e a conferência não está na lei nem no Regimento Interno. Comentou que foi feito um
97 Decreto em 2016 e que não há regulamentação real. Disse que na lei atual, está sujeito alteração por
98 vereador sem o consentimento do conselho. O Sr. Cristiano questionou se a regulamentação não segue
99 uma normativa do conselho. O Sr. Felipe respondeu que cada conselho possui um formato, e que a
100 proposta é ter um conselho Tripartite, formado pelo Poder Público, Sociedade Civil e as Entidades. A
101 Presidente disse que é pouco produtivo ter pré-conferências onde poucas pessoas participam. Apontou
102 que novas Entidades podem participar apenas nas pré-conferências, e se por alguma dificuldade não
103 participarem no dia, ficam de fora durante toda a gestão. A Sra. Marilia comentou sobre a falta de
104 interesse e que é preciso estar presente para participar da conferência. O Sr. Cristiano inteirou que
105 atualmente, mesmo que a conferência seja aberta ao público e que as datas das mesmas sejam
106 publicadas no Diário Oficial, as pessoas não participam. A Presidente questionou se mais alguém é
107 contra a alteração da lei nº 2.413 de 13 de julho de 2006. Como não houve mais oposições, ficou votado
108 a alteração de modelo de conferência e pré-conferência. Propôs para próxima discussão discutirem o
109 que cabe dentro do Regimento Interno. **No item 4, assuntos gerais,** a Presidente questionou quais são
110 os serviços que têm sido executados na cidade com verba impositiva, como a vacinação múltipla. A Sra.
111 Karoline respondeu que a vacina múltipla é emenda parlamentar e que essa é encaminhada para a
112 Saúde Única que entrega a vacina para a CODEVIDA fazer a campanha. A Presidente perguntou se a
113 vacinação múltipla é Saúde Única por conta das zoonoses. A Sra. Karoline respondeu que sim, por
114 conta da leptospirose e por conta do porte de emenda. A Presidente questionou se a Saúde Única, na
115 legislação, destina o dinheiro para a saúde de seres humanos. O Sr. Felipe respondeu que no
116 Congresso estão englobando o conceito de Saúde Única com Saúde Animal. A Presidente perguntou
117 sobre tratamento preventivo, diagnóstico de leishmaniose, prevenção e banco de ração. A Sra. Karolina
118 respondeu que todos são por emenda parlamentar. A Presidente questionou sobre castração. A Sra.
119 Karoline respondeu que a CODEVIDA atende, mas para serviços que a CODEVIDA não executa
120 encaminham para clínicas particulares parceiras, como Ômega Imagem, Acessivet e Cascardi.
121 Continuou que no atendimento clínico, o dinheiro é da Prefeitura. Explicou que buscam usar em casos
122 de pessoas ou animais vulneráveis, não sendo um serviço para todos os municípios. A Presidente

123 perguntou se há regularidade do atendimento de prevenção, diagnóstico de leishmaniose, tratamento
124 com o dinheiro da emenda. A Sra. Karoline disse que sim, pois há poucos casos em Santos. O Sr.
125 Cristiano comentou sobre as cartas de serviço que estão sendo atualizadas. Após as palavras, a reunião
126 foi encerrada. Eu, Thiago Silva, secretariei e lavrei a presente Ata que será aprovada pelos
127 membros do conselho e assinada pelo Presidente.

PAULA BASTOS
PRESIDENTE